

**Empresa de Transmissão de Energia do
Mato Grosso S.A - ETEM**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		22.283	18.203
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.641	1.837
Títulos e valores mobiliários	6	2.340	2.106
Contas a receber ativo financeiro	7	15.392	13.525
Outros ativos		910	735
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		95.510	92.842
Contas a receber ativo financeiro	7	95.336	92.671
Depósitos judiciais		174	171
TOTAL DO ATIVO		117.793	111.045
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		12.304	10.521
Empréstimos e financiamentos	8	3.493	3.477
Fornecedores		907	1.391
Adiantamento de clientes		1.142	645
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	5.374	4.176
Encargos regulatórios		437	520
Outros passivos		951	312
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		39.020	37.904
Empréstimos e financiamentos	8	31.435	34.678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.472	3.226
Outros passivos		1.113	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		66.469	62.620
Capital social	11.1	42.686	42.686
Reservas de lucros		23.783	19.934
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.793	111.045

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	16.108	15.597
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(2.346)	(1.423)
Custo de infraestrutura		(483)	(683)
		(2.829)	(2.106)
LUCRO BRUTO		13.279	13.491
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(328)	(282)
Pessoal		(88)	(117)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(89)	(109)
		(505)	(508)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.774	12.983
Despesas financeiras	13	(3.335)	(3.001)
Receitas financeiras	13	539	268
		(2.796)	(2.733)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.978	10.250
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.685)	(421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(3.246)	(156)
		(4.931)	(577)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.047	9.673

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.047	9.673
Otros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.047</u>	<u>9.673</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		42.172	-	856	-	11.702	-	54.730
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.673	9.673
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	484	-	-	(484)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	6.892	(6.892)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(2.297)	(2.297)
Aumento de capital		828	-	-	-	-	-	828
Capital a integralizar	11.1	-	(314)	-	-	-	-	(314)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		43.000	(314)	1.340	-	18.594	-	62.620
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.047	5.047
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	-	252	-	-	(252)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	2.727	(2.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	870	-	(870)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		43.000	(314)	1.592	870	21.321	-	66.469

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.978	10.250
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.163	2.913
Receita de aplicações financeiras	(274)	(205)
Atualização monetária - impostos a recuperar	(14)	(1)
	12.853	12.957
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(4.583)	(5.391)
Outros ativos	(124)	(140)
	(4.707)	(5.531)
(Redução) no passivo		
Fornecedores	(484)	(600)
Encargos regulatórios	(103)	(39)
Outros passivos	550	193
	(37)	(446)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.109	6.980
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	-	30
Caixa líquido proveniente atividades de investimentos	-	30
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	514
Pagamento de juros do financiamento	(2.946)	(2.896)
Amortização do financiamento	(3.359)	(3.356)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.305)	(5.738)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.804	1.272
Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.837	565
Saldo no final do exercício	3.641	1.837
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.804	1.272

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede esta situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vl.Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.345	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2016.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação do montante de R\$ 1.448, apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 no ativo circulante, da rubrica Concessionárias e permissionárias, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 13.525, e o montante de R\$ 22 apresentado em 31 de dezembro de 2014 no ativo não circulante, na rubrica Concessionárias e permissionárias, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 92.671. A rubrica de Títulos e valores mobiliários, que constava no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, foi reclassificada para ativo circulante em 31 de dezembro de 2015, para alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Alupar.

Nas demonstrações dos resultados o montante de R\$ 40 referente a Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico foi reclassificado da rubrica Custos dos serviços prestados para a rubrica Receita operacional líquida, devido a alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.7 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.8 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.8.1 *Receita de desenvolvimento de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.8.2 *Receita de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 *Receita de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.8.4 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	3	695
Certificados de depósitos bancários	3.638	1.142
	<u>3.641</u>	<u>1.837</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 75% em 31 de dezembro de 2014.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$2.340 (R\$ 2.106 em 31 de dezembro de 2014), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 98,91% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e em 98,93% em 31 de dezembro de 2014.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	99.677
Receita de operação e manutenção (nota 12)	1.970
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	13.796
Receita de infra-estrutura (nota 12)	683
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(9.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	106.196
Saldo em 31 de dezembro de 2014	106.196
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.909
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	14.300
Receita de infra-estrutura (nota 12)	483
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(13.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	110.728
Contas a receber ativo financeiro - circulante	15.392
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	95.336
	110.728

8 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014
BNDES - Subcrédito A	15/04/2026	TJLP + 2,44% aa	121	3.262	-	3.383	3.356	30.445	-	30.445	33.585
BNDES - Subcrédito B	15/04/2026	TJLP + 2,04% aa	4	106	-	110	121	990	-	990	1.093
			125	3.368	-	3.493	3.477	31.435	-	31.435	34.678

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia liquidou um empréstimo contratado junto ao Banco Itaú Unibanco S.A, no montante de R\$ 45.400. Esta dívida foi substituída por um novo empréstimo, captado junto ao BNDES no montante de R\$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização prevista em contrato para 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010.

O contrato que a Companhia possui com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2015 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
BNDES	3.368	3.368	3.368	3.368	3.368	14.595	31.435
	<u>3.368</u>	<u>3.368</u>	<u>3.368</u>	<u>3.368</u>	<u>3.368</u>	<u>14.595</u>	<u>31.435</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

	Resultado tributável acumulado conforme Lei 12.973 - até 2014	Resultado tributável acumulado conforme Lei 12.973 - 2015	Base de cálculo
a) Composição dos tributos por exercício			
Exercício findo em 2010	203	Adição Receita Financeira	(9.052)
Exercício findo em 2011	1.011	(-) Exclusão Remuneração do ativo de concessão	14.300
Exercício findo em 2012	2.599	(+) Provisão para litígios trabalhista	(70)
Exercício findo em 2013	6.868	(+) Provisão para litígios cíveis	(150)
Exercício findo em 2014	8.126	(-) Reversão Provisão para litígios trabalhista	150
		(-) Reversão Provisão para litígios cíveis	10
	<u>18.807</u>		<u>5.188</u>
			<u>23.995</u>
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
b) Base de cálculo	23.995	23.995	
Imposto diferido - base de cálculo (1)	14.997	23.995	
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	8.998	-	
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	
Alíquota incentivada	6%	0%	
Total tributo alíquota efetiva (1)	3.750	2.160	5.910
Total tributo alíquota incentivada	562	-	562
Total IRPJ e CSLL diferido	4.313	2.160	6.472

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

- a. As diferenças a tributar referem-se principalmente as seguintes naturezas:

	Remuneração do ativo financeiro	Provisão de contingências	Diferença a tributar
Composição das natureza do IRPJ e CSLL diferido	24.055		(60) 23.995

- b. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro presumido			Lucro real	
	2013	Adições	2014	Adições	2015
Imposto de renda diferido	1.994	101	2.095	2.216	4.311
Contribuição social diferida	1.076	55	1.131	1.030	2.161
	3.070	156	3.226	3.246	6.472

10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Estado do Mato Grosso, a ação tem por objeto a cobrança de ICMS sobre remessa. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 16.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, dos quais falta integralizar o montante de R\$ 314 pelo acionista Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	26.685.952	62,06	26.685.952	62,06
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.314.048	37,94	16.314.048	37,94
Total das ações	43.000.000	100,00	43.000.000	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	5.047	9.673
Constituição de reserva legal (5%)	(252)	(484)
Subtotal	4.795	9.189
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.198)	(2.297)
Reserva de lucros	(2.727)	(6.892)
Reserva de incentivos fiscais	(870)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

12 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta	17.692	16.449
Receita de operação e manutenção	2.909	1.970
Remuneração do ativo de concessão	14.300	13.796
Receita de infra-estrutura	483	683
Deduções da receita operacional	(1.584)	(852)
Programa de Integração Social - PIS	(192)	(74)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(883)	(342)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(341)	(291)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(115)	(105)
Taxa de fiscalização	(53)	(40)
Receita operacional líquida	16.108	15.597

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras	539	268
Receita de aplicações financeiras	535	264
Outros	4	4
Despesas financeiras	(3.335)	(3.001)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.950)	(2.893)
Atualização monetária	(213)	(20)
Outros	(172)	(88)
Total líquido	(2.796)	(2.733)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	Lucro real		Lucro presumido	
Receita de transmissão	-	-	11.399	11.399
Aliquota de presunção de lucro			8%	12%
Receita de transmissão ajustado	-	-	912	1.368
Receita financeira	-	-	268	268
	-	-	1.180	1.636
Lucro societário antes do IR e CS	9.978	9.978	-	-
(+) Adições/Exclusões	(5.056)	(5.056)	-	-
Base de cálculo	4.922	4.922	-	-
Aliquota	15%	9%	15%	9%
Aliquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.207)	(443)	(274)	(147)
Art. 69 Lei 12.973	(673)	(233)		
Incentivo fiscal SUDAM	870	-		
Total dos tributos correntes - lucro real	(1.010)	(676)		

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a remuneração da alta administração foi de R\$ 89 e R\$ 109, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 5.374.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

As Companhias mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação desses permanece inalterada, sendo as mesmas classificadas por meio do resultado.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

16.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

16.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

16.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJPL.

16.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

18 Eventos subsequentes

De acordo com o “Termo de Cessão e Transferencia de ações ordinárias nominativas a título gratuito”, os acionistas Bimetal e Alupar acordam que, em função da não integralização do montante de R\$ 314 pela Bimetal, previsto na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 09 de setembro de 2014, a Bimetal transfere 314.048 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, a Alupar, a título gratuito. Em 12 de janeiro de 2016 foi integralizado pela Alupar o montante de R\$ 314.

* * *

Lucilene Silva
Contadora - CRC 1 SP 289.421-O-1

Enio Luigi Nucci
Diretor Administrativo financeiro